

Ata da 42ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em vinte e quatro de junho de dois mil e quatorze, com início às quatorze horas e quarenta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Lauri Dall’Agnol, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Danny de Paula, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE- Ato de Convocação de Sessão Extraordinária para julgamento e demais providências para o dia 27/06/2014, às 14:00 horas. Ofício nº 11/2014 do gabinete do vereador Paulo Bebber, solicitando dispensa da presente sessão, em razão de audiência no fórum de Cascavel. Ofício nº 48/2014 do gabinete do vereador Rui Capelão, informando que o parecer final da Comissão Processante será entregue em 25/06/2014. Emenda 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2014. Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 25/2014. Parecer contrário nº 302 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a Emenda 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2014. Parecer favorável nº 303 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 25/2014. Parecer favorável nº 304 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2014. Parecer favorável nº 305 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 25/2014. Parecer favorável nº 306 da Comissão de Trabalho e Legislação Social a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 25/2014. Parecer favorável nº 307 da Comissão de Segurança Pública e Trânsito a Emenda 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2014. Indicações nº 541 à 543. Ofício nº 232/ DIMEL do INMETRO em resposta ao Requerimento nº 109/2014. Ofício nº 92/204 da FUNDETEC, em resposta ao Requerimento nº 109/2014. Não houve inscrito para falar no grande expediente.

INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA - não houve qualquer solicitação, neste sentido.

ORDEM DO DIA - Presidente: Temos as atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 2 e 3 de junho de 2014 em discussão. Em votação as atas da 35ª. e 36ª. sessões ordinárias realizadas nos dias 2 e 3 de junho de 2014. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes estão aprovadas as atas das sessões ordinárias realizadas nos

dias 2 e 3 de junho de 2014. Aproveitar aqui, vereador Lauri, e cumprimentar mais uma vez a presença dos nossos guardas patrimoniais que estão sistematicamente acompanhando as nossas sessões. Sejam bem-vindos sempre. Projeto de lei nº. 62/2014 de autoria do poder executivo municipal que autoriza o poder executivo a conceder bolsa auxílio moradia e auxílio alimentação aos médicos vinculados ao programa Mais Médicos e dá outras providências. Em discussão. Em votação o Projeto de lei nº. 62/2014 de autoria do poder executivo municipal que autoriza o poder executivo a conceder bolsa auxílio moradia e auxílio alimentação aos médicos vinculados ao programa Mais Médicos e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado o Projeto de lei nº. 62/2014. Projeto de lei nº. 63/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que altera a lei municipal nº. 6310 de 23 de dezembro de 2013. Lei orçamentária anual pra 2014, fundo municipal de saúde no valor de R\$ 210.000,00 em discussão. Em votação Projeto de lei nº. 63/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que altera a lei municipal nº. 6310 de 23 de dezembro de 2013. Lei orçamentária anual pra 2014, fundo municipal de saúde no valor de R\$ 210.000,00. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado em segunda votação o projeto de lei nº. 63/2014. Projeto de lei complementar nº. 4/2014 de autoria do poder executivo municipal que dispõe sobre alteração na lei complementar nº. 1/2001, código tributário municipal, alterada pela lei complementar nº. 13/2003. Teve uma emenda protocolada pelos vereadores Rui Capelão, Jorge Bocasanta e Jorge Menegatti, conforme cópia que já foi repassada aos senhores alterando o parágrafo único do art. 1º. A emenda teve o parecer contrário da comissão de economia, finanças e orçamento e teve o parecer favorável da comissão de segurança pública e trânsito, o qual não havia sido lido, portanto considere-se lido a partir desse momento. Foi favorável o parecer da comissão de segurança pública e trânsito. Então em discussão o parecer contrário da comissão de economia, finanças e orçamento à emenda aditiva nº. 1 emenda essa ao projeto de lei complementar nº. 4/2014. Em discussão o parecer contrário. – Rui Capelão – peça a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – vereador Rui Capelão com a palavra – Rui Capelão – desta vez não vou usar a tribuna, vou falar daqui. Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência. Muito claro que a gente gostaria que a comissão justificasse

parecer contrário, mas como ela não veio a justificar o parecer contrário, quero fazer alguns comentários a respeito da emenda e até nós colocamos aqui uma justificativa na emenda que diz que pretende tornar o benefício justo para as partes: Concessionária, administração público e usuários, permitindo dessa forma uma negociação transparente e democrática que não comprometa o orçamento da administração municipal e garanta a prestação dos serviços com qualidade. – Cláudio Gaitero – me parece que o que está em debate é o parecer e o nobre vereador está lendo a emenda. Então precisamos verificar o que nós estamos discutindo. Se é o parecer. – Márcio Pacheco – Ele está lendo a emenda, vereador, faz parte da emenda. Eu acho que é razoável, continue senhor vereador – Rui Capelão – é um absurdo o que o senhor colocou neste momento. A emenda pretende tornar o benefício justo para as partes: concessionária, administração pública e usuários, permitindo desta forma uma negociação transparente e democrática, que não comprometa orçamento da administração municipal, garanta a prestação dos serviços com qualidade à população e principalmente proteja o princípio da supremacia do interesse público que deve pautar as ações da administração pública. Portanto nós estamos fazendo uma colocação para que o município não tenha grandes prejuízos neste sentido nós já sabemos que neste ano será na realidade uma certa perda por este fato. Mas nós achamos que isso precisa ser depois negociado quando nós formos para o orçamento para nós termos uma forma de determinar de uma forma mais justa, até porque segundo informações que me passaram o conselho de trânsito da CETTRANS não tomou conhecimento dessas medidas, dessas transformações. Esta Câmara também está tomando conhecimento agora, mas a gente já sabe que isso aqui é um fato já fechado, já houve um acordo entre executivos e empresas para que essa redução do ISSQN fosse feita. Portanto eu acho que nada mais justo do que nós fizéssemos uma emenda colocando que esse projeto tivesse uma validade até o final do ano. Para nós negociarmos para o ano seguinte, dá um espaço para as empresas e o executivo negociar com uma aprovação mais clara, mais participativa da Câmara de vereadores, porque é lamentável nós termos que engolir o que vem assim nos empurrando goela abaixo. Até queremos muitas vezes entender as razões disso, mas nós temos que ser um pouco compreensivos com o cargo que nós temos dentro dessa Casa. Claro que nós não estamos aqui para bonito, não estamos aqui para debater o que acontece dentro do serviço público. Eu acho que é esse o debate que nós temos que ter, portanto, para o ano seguinte eu acho que deveria ser uma nova

negociação. Para este ano já foi dado o benefício, certamente não terá retorno, mas para o ano que vem há necessidade que seja melhor discutido porque é impossível que nós deixemos isso passar. Então não deveria vir para Câmara, deveria já ficar direto lá entre eles e a população que engolisse o que determinasse. Mas se veio para nós, nós temos que debater, temos que buscar uma solução mais adequada para as decisões desta Casa. Portanto eu quero pedir aos senhores que dessem voto favorável à emenda para que o projeto também não trouxesse grandes prejuízos a administração pública. Era esse o meu posicionamento, muito obrigado – Nei H. Haveroth – peço a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – com a palavra Nei H. Haveroth – Nei H. Haveroth – senhor presidente, senhores vereadores, apenas para esclarecimento aos vereadores e V. Excelência, pedi um aparte mas passou o tempo, então pedi a palavra. Eu faço parte juntamente com o vereador João Paulo do conselho administrativo da CETTRANS e foi discutido, inclusive consta em ata o estudo feito e foi deferido por todos os conselheiros da CETTRANS, então existe conhecimento, tanto dos conselheiros de todos os seguimentos que representam a CETTRANS como desses 2 vereadores que faziam parte do conselho administrativo da CETTRANS representando esta Casa. Só pra título de esclarecimento. – Rui Capelão – me dá um aparte, vereador ? – Nei H. Haveroth – concedo – Rui Capelão – vereador, é o seguinte, eu recebi uma informação que me passaram que o jornalista Jair Pereira faz parte do conselho. – Nei H. Haveroth – fazia. Já faz, se eu não me engano uns 2 meses que é outro representante do seguimento dele que faz parte do conselho administrativo – Rui Capelão – essa informação, seria essa fonte, mas se não procede, eu agradeço a sua exposição, obrigado – Nei H. Haveroth – era só isso, senhor presidente, só pra título de esclarecimento, obrigado presidente – Cláudio Gaitero – peço a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – com a palavra, vereador Cláudio Gaitero, presidente da Comissão de economia, finanças e orçamento. – Cláudio Gaitero – senhor presidente, senhores vereadores, assistência. O parecer da comissão de economia e finanças na emenda nº. 1, ele foi baseado em cima do que o autor da emenda, ele não apresenta qual será o novo percentual do ISSQN que será cobrado quando as concessionárias do transporte coletivo quiserem aumentar a tarifa para os usuários. Desse modo o transporte coletivo deixando margens para que as empesas fiquem sem uma alíquota específica, para a cobrança então dos cofres públicos, sendo assim, e não definido qual será a alíquota que será cobrada das concessionárias, quando por ventura essas empresas, vierem a aumentar a tarifa do transporte

coletivo nós entendemos então que como não aparece aqui, o vereador não indica qual seria a nova alíquota, fere assim então o art. 1º. dessa lei complementar nº. 1/2001 do código tributário municipal porque a comissão então exarou o parecer contrário à emenda nº. 1. Então fica aqui esclarecido que ficou sem... Qual que seria a nova alíquota? Também um pequeno comentário: se daqui um mês o município quiser mudar essa alíquota, como é que fica? O município daqui um mês, o prefeito quer aumentar, o prefeito tem a deliberação de abaixar ou aumentar a alíquota. O executivo que tem essa prerrogativa, se daqui um mês, dois meses o prefeito quiser aumentar pra quatro, cinco por cento a alíquota. Como é que fica? Então essa emenda está prejudicada. Pra isso, então eu peço aos senhores vereadores o voto favorável ao parecer contrário da emenda nº. 1.

– Luiz Frare – peço a palavra, senhor presidente – Cláudio Gaitero – pois não – Luiz Frare – senhor presidente, senhores vereadores. Duas questões: primeiro, eu não sei por que uma matéria que trata de uma tributária tem que ser exarado pela comissão de transporte, não sei, não é culpa de vocês, repito, é culpa de quem manda isso pra lá. Segundo: nós estamos discutindo aqui, não é se o transporte vai ter uma linha a mais uma linha a menos, um ônibus a mais ou a menos, vai passar em determinado lugar, nós estamos discutindo uma matéria exclusivamente tributária, ou seja, está se dando uma condição de pagar uma alíquota menor em contrapartida de uma tarifa menor. É isso que é o foco da mensagem que nós estamos discutindo, então eu não quero tirar o mérito da comissão de transporte que deu o parecer, mas eu quero fazer a solicitação para que as pessoas que mandam as matérias para as comissões, e vai ter outra daqui a pouco, que foi para nossa comissão que preste mais atenção no assunto, obrigado - Cláudio Gaitero – obrigado pela colaboração vereador. Dizendo também que o motivo dessa lei complementar nº. 4 é uma atribuição da justiça. A justiça assim determinou para que o executivo tomasse essas medidas. O executivo tomou essas medidas, então para isso foi feita essa lei complementar nº. 4. Então nós pedimos mais uma vez voto favorável ao parecer contrário dessa comissão. Obrigado. – Jorge Bocasanta – peço a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – só um segundinho, o vereador Jorge Menegatti pediu antes do senhor, com a palavra, vereador Jorge Menegatti – Jorge Menegatti - obrigado senhor presidente, boa tarde nobres pares. Eu vou ler o anteprojeto: Art. 1º. reduz de 5 para 2 por cento mediante subitem específico a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN das empresas concessionárias de transporte coletivo urbano, constante do art. 158, lista de serviços e tal. A emenda

senhores, no parágrafo único diz: as concessionárias terão esse benefício enquanto não houver novo reajuste das tarifas de transporte coletivo urbano, assim quais deverão ser definidas mediante audiência pública. O parecer da comissão de finanças, os senhores acabaram de ouvir, diz que não tem o percentual que deverá ter no final do ano. Por isso o parecer é contrário. Mas aqui não está pedindo, ele está dando o benefício até o final do ano, senhores, é o que está escrito aqui, até o próximo aumento, que se não me engano é dezembro, que é o que está no contrato. Então não fala em percentual. O percentual senhor Cláudio Gaitero, V. Excelência não deve ter lido a emenda. Ele vai ser definido em dezembro, quando da nova negociação. Então não estou entendendo porque esse parecer contrário. A justificativa do parecer não tem nada a ver com a emenda. Devem ter pegado uma emenda diferente. E quanto a mandar o projeto para comissão de viação e obras, de... segurança de trânsito é questão do regimento interno. Diz no regimento interno que tem que mandar. Por isso está sendo mandado, então não é culpa do presidente da Casa não. Senhores, eu vejo que isso aqui vai dar o benefício pras concessionárias, para as empresas de ônibus. Vai dar o benefício até o final do ano. Nós teremos tempo para analisar isso pra frente. Lá em dezembro nós já sabemos aqui que o município vai ter um furo. Sou contra qualquer aumento de tributos. Mas nesse caso aqui, especificamente, é uma renúncia de verba dos cofres da CETTRANS, dos cofres da prefeitura, que nem cobertura de ponto de ônibus tem nessa cidade. Nem calçada nos pontos de ônibus tem, o povo pisa na lama, o povo fica no barro. Nós estamos tirando dinheiro, deixando de arrecadar, automaticamente você diminui, nós estamos colocando o caixa das empresas, sob a alegação que estamos diminuindo passagem do transporte coletivo. Teria que diminuir? Teria. Mas do próprio dinheiro do povo? As empresas não estão perdendo nada com isso. Se o contrato está, quem fez esse contrato lá atrás, dando esse aumento todo mês de dezembro não fomos nós. Alguém assinou esse contrato. E eu acredito, não tenho certeza, acredito que foi o atual prefeito, que assinou esse contrato. Então, já estava lá um gatilho que dispara todo mês de dezembro. Eles sabiam. Não queremos aumento do valor do transporte coletivo, mas também não queremos renúncia de receita. Sem contar, que pra mim, no meu modo de ver, essa documentação que veio pra cá, extremamente fraca. Não tem nem os detalhes de quanto deixou de arrecadar, quanto que arrecadou no ano passado, no ano retrasado, quanto é a previsão pra o ano que vem. E outro argumento da comissão de finanças, que o prefeito pode, ao seu bel prazer, aumentar ou diminuir a hora que quiser. Espera aí

senhores, pra que serve essa Casa? Se essa Casa não vai legislar nestes assuntos, senhor presidente, o que nós estamos fazendo aqui? Não é o prefeito que determina. Essa Casa que regulamenta ou que vota as leis. Nós respeitamos autoridade do outro lado da rua. Porém nós aqui aprovamos, não é a hora que ele quer que tem que mudar, como diz a comissão de finanças. Então senhores tem algo errado. – Cláudio Gaitero – só pra justificar, eu falei que o prefeito tem a prerrogativa de aumentar ou diminuir os impostos. Isso que eu falei – Jorge Menegatti – depois de aprovado por essa Casa. Nós temos várias maneiras de não aprovar isso. Basta os senhores lerem a emenda. Com certeza a emenda é muito boa pra o município de Cascavel. – Márcio Pacheco – com a palavra o vereador Jorge Bocasanta e na sequencia Paulo Porto – Jorge Bocasanta – senhor presidente, nobres colegas, plateia em geral. O que a gente fica perdido aqui, a juíza, Dra. Sandra Dalmin, se baseou em alguma coisa pra dar o parecer dela. E nós aqui na Câmara Municipal de Cascavel, estamos aqui pra fiscalizar o poder executivo, geralmente não vem assim coisas como elas deveria ser transparentes, quando vem é: peça o dinheiro pra aumentar o negócio do teatro, mas não vem porque, onde vai sedear. Quero chegar no seguinte: nós não sabemos se dois e sessenta, dois e setenta seria o valor justo. A gente não sabe, não deveria nem ser aceito pela mesa. Porque eu sou da opinião do seguinte: eu sou a favor do lucro, só que aqui a gente não sabe o que estamos votando porque falta uma tabela dos custos mais certos. Então o que é essa emenda? Essa emenda o que que nós queremos? Se em dezembro, janeiro, for preciso abaixar pra zero de ISSQN se abaixa pra zero. Nós não podemos aqui mais isso, aquilo, nós somos vereadores pra quê? Pra fazer o que é justo, o que é certo. Nós temos que fazer o que é certo aqui. E começar daqui pra frente: prefeito, vereador, não pode gastar fortunas pra se reeleger pra depois vir aqui roubar. Nós temos que fazer o que é transparente, o que é certo. Se for preciso, chegar e dizer assim: a passagem de ônibus tem que ir a 3 reais. Nós temos que chegar e dizer: vai a 3 reais. Porque ônibus não anda de graça. Ou senão vamos tirar dinheiro de outros impostos e fazer subsídio. Então o que está acontecendo que eu vejo? Eu vejo que a gente fala um negócio fala outro, mas nós temos que falar a verdade. Eu pra mim tinha que ser tudo municipalizado, transporte coletivo municipalizado, coleta de lixo municipalizado. Aí acaba a roubalheira, acaba os ladrões. Se é pra ter serviço público que seja. Porque que lá no posto de saúde, na área de saúde não tem roubo, pode ter algum roubo de remédio. Porque lá somos todos concursados. O cara não vem roubar meu dinheiro que eu não vou

dar minha parte. Então vendo esse parecer da comissão, nós temos que ser mais vereadores, autônomos, jogar a palavra, consciência pra população. Se tem alguém roubando a gente tem que denunciar. Se as empresas de ônibus não estão ganhando o suficiente pra sobreviver a gente tem que defender as empresas de ônibus também. Então é a transparência. Eu aqui estou sentindo o seguinte: eu estou votando um negócio que eu não sei quanto custa pras empresas de ônibus. Nós não temos planilha nenhuma, não sabemos se o valor da passagem é 2 reais, ou 4 reais, ou 5 reais. A justiça falou 2,70. Mas onde estão os dados? Que dados deram pra justiça? O que nós queremos? Eu sou bem franco aqui, não tenho medo de dizer que se eu prestar serviço pra prefeitura ou pra qualquer coisa eu tenho que ter meu lucro. Dentro de uma realidade do mercado. Quando a gente falava que lá no HU tinha gente que ganha 17.000,00 enquanto o mercado é 2.000,00, 3.000,00, o serviço público tem que ter um nível, uma média. Então onde estão as planilhas aqui? Essa proposta nossa de diminuir de 5 pra 2 por cento, nós queremos ser passageiros, porque pra chegar no final do ano, não, nós temos que abaixar pra zero. Se a prefeitura quiser manter esse preço dessa tarifa e tendo arrecadação sobrando vamos fazer um subsídio. Nós vamos aprovar desde que seja transparente. Ninguém deve trabalhar de graça. Todo mundo aqui tem que trabalhar pra ganhar, senão se quebram. Nós estamos discutindo aqui mas nós não sabemos qual a tarifa ideal, Frare? Tu tem certeza? Nós não temos dados. Se eu tivesse dados iria falar. Onde estão os dados. É ordem judicial, mas será que a justiça viu os dados. Era só isso, muito obrigado – Paulo Porto – boa tarde a todos, boa tarde à mesa, boa tarde aos vereadores, ao Plenário. Eu vou ser bem breve, eu não vou discutir o mérito do projeto, nós já discutimos ontem, coloquei minha opinião de maneira muito detalhada. Eu estou discutindo o mérito da comissão de finanças que eu acho profundamente equivocada, porque o parecer é contrário porque ele afirma que o autor da emenda não apresenta qual será o valor do ISS que será cobrado. A emenda simplesmente aponta que esse benefício cairá ao final. E será rediscutido novamente. É isso. Então, eu entendo que o parecer está equivocado, e caso essa emenda não for positiva. Podemos até questionar, mas se questione na votação. Agora o que está acontecendo? A comissão de finanças, ela não permitiu de maneira equivocada, que essa emenda vá a discussão e pra votação. Eu entendo que tecnicamente, não vou discutir potilicamente aqui, tecnicamente porque o parecer precisa ser técnico e não político, tecnicamente no meu entendimento esse parecer não se sustenta. Por isso eu peço voto contrário ao voto da comissão por uma questão

técnica. Não estou nem discutindo a questão política, se o projeto é bom ou ruim, se a emenda é boa ou ruim. Tecnicamente tem um equívoco, porque a emenda fala uma coisa e eu estou entendendo que o parecer fala outra. O Jorge Menegatti falou: parece que é de outra emenda. Então, tecnicamente o parecer é ruim, é falho. E eu entendo que isso acaba impossibilitando a discussão política e técnica dessa emenda no Plenário. Então peço voto contrário ao parecer por entender que esse parecer não é técnico e por entender que esse parecer está tecnicamente equivocados. – Gugu Bueno – Peço a palavra, senhor presidente – Márcio Pacheco – Com a palavra vereador Gugu Bueno – senhor presidente, senhores vereadores, senhora vereadora, distinta assistência, imprensa do município de Cascavel. Presidente, eu estava olhando o parecer e a emenda e ainda ontem tive uma conversa com o vereador Rômulo Quintino, ele me dizia do “Deus do impossível” senhor presidente, e eu chego à conclusão que além de existir o “Deus do impossível” também existem os vereadores do impossível. Porque essa emenda e o parecer é absolutamente correto, ela simplesmente é um absurdo. Porque você querer vincular o aumento do transporte coletivo à aprovação de uma audiência pública me faz pensar em que país vive Alice, presidente. Segundo Lewis Carroll, Alice vivia no país das maravilhas. Eu não sei, mas, com certeza sei que ela vive no mesmo país que alguns vereadores que aqui estão. Porque obviamente, senhor presidente, jamais vai ocorrer uma audiência que vai concordar com o aumento do transporte coletivo. O aumento do transporte coletivo é uma cláusula contratual. O vereador Bocasanta falou muito bem. Não existe transporte de graça. Ele tem um custo. O ideal era que a gente pudesse colocar um transporte gratuito em Cascavel, ninguém pagasse. Mas você vai tirar esse dinheiro de onde? Não existe mágica. Quem usa tem que pagar. Então obviamente, qualquer pessoa de bom senso vai entender isso. Jamais um aumento do transporte coletivo, por exemplo, será aprovado numa audiência pública, jamais, questão de bom senso. Então ao meu ver, senhor presidente, essa emenda não pode prosperar. Se os vereadores têm essa preocupação de cancelar esse benefício dessa diminuição da alíquota, quero dar um aviso aos senhores, a Câmara neste ponto tem competência legislativa concorrente com o executivo. Pode ser aumentada a alíquota a qualquer momento através de um projeto de lei complementar. – Paulo Porto - um aparte vereador – Gugu Bueno – aparte concedido vereador – Paulo Porto - o senhor poderia estar completamente correto se discutíssemos o mérito, o que eu estou questionando é que o parecer da comissão é equivocados. Nós estamos discutindo o mérito da emenda que seria a

discussão posterior. Não há nenhum problema. Então pode até ser que o senhor esteja correto nisso, o senhor está discutindo o mérito da emenda, mas eu estou discutindo o mérito do parecer, o mérito do parecer está equivocada. Caso nós derrubemos esse parecer equivocada nós vamos ter essa discussão rica, uma discussão competente, efetiva sobre a emenda, então a minha questão é: o mérito do parecer não o mérito da emenda. Se é audiência pública ou não, vamos debater isso. O mérito do parecer equivocada. Porém esse parecer equivocada nós impedirá de debater o mérito da emenda. Era isso vereador muito obrigado. – Gugu Bueno – eu agradeço a contribuição vereador Paulo Porto, e o senhor sabe do costumes respeito que tenho com o seu pronunciamento, contudo V. Excelência tem que permitir que eu discorde dele porque vejo méritos na comissão de finanças que apontam falhas nessa emenda e é por isso que essa emenda não pode prosperar. Dito isso, presidente, encerro minha fala pedindo voto favorável ao parecer da comissão de finanças. – Márcio Pacheco – em votação nominal, o parecer contrário da comissão de economia e finanças e orçamento à emenda aditiva de autoria dos vereadores Jorge Menegatti, Rui Capelão e Jorge Bocasanta ao projeto de lei complementar nº. 4/2014. Por gentileza proceda senhor secretário. (Foram favoráveis: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Danny de Paula, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso sem limites, João Paulo, Lauri Dall'agnol, Nei H. Haveroth, Luiz Frare, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rômulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini) (Foram contrários: Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão) Gugu Bueno – com 15 votos favoráveis senhor presidente e 4 contrários, parecer da comissão de finanças, mantido. Com 15 votos favoráveis e 4 contrários está mantido aprovado o parecer contrário da comissão de economia, finanças e orçamento à emenda aditiva nº. 1, emenda esta ao projeto de lei complementar nº. 4/2014, ficando então prejudicada a deliberação, a discussão a cerca do mérito da emenda. Em discussão o projeto de lei complementar nº. 4/2014 conforme ementa lida anteriormente. – Rui Capelão – Peço a palavra, senhor presidente – Márcio Pacheco – com a palavra vereador Rui Capelão – Acho que prosseguir com este debate é uma coisa bastante interessante porque nós estamos tratando de temas importantes para a nossa sociedade. Realmente, eu que ontem já fui contrário ao projeto, eu tenho que dizer que as justificativas que são colocadas no projeto pelo poder executivo, dizendo que nós temos sobra de receita, que nossa receita aumentou e que em razão da receita ter aumentado nós podemos dispensar receita. Com tanta coisa que nós

precisamos neste município, que a população está precisando nos bairros, no centro da cidade mesmo. Emprestando dinheiro de banco pra fazer melhorias nesta cidade e de repente nós começamos a dispensar receitas em benefício dos grandes empresários. É lamentável, eu tenho que lamentar isso porque eu vejo a necessidade da população, eu vejo a necessidade do município aumentar e melhorar a sua arrecadação. E por isso até ontem eu falei sobre uma audiência pública. Uma audiência pública não é uma audiência pra impor nada. A audiência pública é uma audiência pra gente definir, discutir metas e dar sugestões. Portanto é uma questão que participa a sociedade, participa assim empresas, participa a CETTRANS, participa todos os poderes. Todos os secretários, todos aqueles que acharem importante dar o seu depoimento publicamente, não pode ser esses pareceres dos porões, aqueles que são feitos dentro de gabinetes, que depois são repassados pra essa Casa e pra população. Audiência pública não. Nós vamos conversar, vamos discutir, ver o que é melhor pra o município, o que é melhor para as empresas. Nós temos que olhar o lado bom das empresas, o que elas necessitam também. Portanto, eu gostaria de dizer que lamentavelmente as justificativas do projeto colocado pelo poder executivo foram muito infelizes porque falam em corte de receita e é a primeira vez que eu vejo um poder executivo dar corte de receita pra dar benefícios a empresários que prestam serviços à população. Normalmente isso não é feito, principalmente quem é prestador de serviços. Que se faça isso então a todos os prestadores de serviço se está sobrando dinheiro no caixa, se a arrecadação está sendo muito alta. Mas que não faça somente pra beneficiar determinado grupo e que pode se dizer que a maioria desse grupo não é de Cascavel. Muito obrigado – Jorge Bocasanta – Peço a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – Vereador Jorge Bocasanta com a palavra – senhor presidente, nobres colegas, plateia. Aqui quando meu amigo Gugu fala de Alice e o país das maravilhas eu melhor pergunto o seguinte: será que é Alice no país das maravilhas ou é Ali Babá e tantas outras. Porque quando se proíbe uma população de discutir o que é bom pra ela, audiência pública, o que é audiência pública? É o povo participar das decisões. Eu quero ver alguns vereadores quando tentarem as reeleições, chegar numa casa e dizer assim: você vai votar pra mim, vou ser seu representante. Mas que tipo de representante? Só eu que mando, você nunca mais vai opinar, só daqui a 4 anos. O prefeito nosso de Cascavel, o presidente tem a autorização de nos representar durante 4 anos. Só que ele não tem o poder totalitário. Quando numa audiência pública a maioria decidir, ela deveria ser soberana porque você está

atualizando seu voto. A partir do momento que a maioria vem numa audiência pública e determina que esse é o melhor caminho aqueles votos que nós ganhamos a dois anos atrás já ficaram pra trás. É uma atualização. Então pra que ter medo de fazer a coisa direito. Nós não precisamos ter medo. Senão do jeito que nós estamos nós somos o país das maravilhas pra nós, somos o Ali Babá, e o povo? E o povo que deveria participar. Então ontem eu votei a favor desse projeto porque eu sou, no meu dia a dia, como empregado público municipal, e também patrão, tenho 3 funcionários no meu nome. Eu vejo como é difícil ser patrão neste país, devido a grande taxa de impostos que tem. E eu pago vale transporte. Eu acho interessante diminuir o preço. Só que parece que isso aqui tem alguma coisa. Porque não quer se discutir em dezembro de novo, o próximo aumento, Frare. Será que isso aqui tem alguma coisa nebulosa que nós não estamos sabendo? Porque eu acredito que a transparência é a melhor coisa que tem. A minha vida sempre foi transparente. Não tanto porque a gente que alguma coisa que tem que limitar. Mas assim, a transparência pública é interessante. Aqui quando eu venho votar eu não venho votar em nome do Jorge Bocasanta, eu venho votar representando mil, quinhentos e poucos votos que acreditaram em mim. E toda hora ele deve se renovar. É tipo quando vai na igreja, vamos renovar a fé. Aqui vamos renovar o voto que nós tivemos nas urnas. Imagina chegar numa casa e a pessoa falar assim: eu votei em você e você me virou as costas. E com a internet, essa comunicação que nós temos aqui, a eleição desse ano onde mais de 40 % não quer votar é uma realidade. E daqui a 2 anos vai ser pior ainda. Eles não pensam que tudo que a gente está votando à noite está no Facebook, até meu piá de 4 anos já sabe mexer nessas porcarias – Rui Capelão – eu gostaria de contribuir com o senhor dizendo o seguinte: que uma audiência pública não existe votação. Se existisse pra chegar aqui e o vereador dizer: sou a favor ou contra ao aumento, não existe. O que existe é uma discussão pública, para se fazer os encaminhamentos posteriores. Mas pra população saber o que está ocorrendo. E que tão lindo é quando um eleitor chega na sua frente e diz assim: vereador, eu votei em você portanto eu quero participar, eu quero te ajudar. Isso é o que deve fazer na audiência pública. Agora quando nós não abrimos a audiência pública pra ele, aí é vergonhoso, nós estamos sendo omissos com nosso próprio eleitor. Não estamos respeitando o que o nosso eleitor deseja. Por isso que eu defendo que isso precisa ser discutido em audiência pública. Obrigado pelo aparte, vereador. – Jorge Bocasanta – então pra finalizar a gente não pode ter medo do povo, não pode ter medo de quem vai nos votar no futuro. Se alguém quiser ser candidato ainda.

Porque eu tenho certeza de uma coisa: alguém que entrou numa casa, ganhou o seu voto e votou contra as suas ideias, contra suas ambições, seus pensamentos, porque aquele que se vende não pode dar explicações. Mas aquele que votou consciente pra ti ele também quer que você também vote consciente pra ele. Então era isso, vou votar contrário por causa disso. E era só isso senhor presidente, muito obrigado – Márcio Pacheco – com a palavra, vereador Luiz Frare – senhor presidente, senhores vereadores, plateia, eu só queria fazer uma pergunta ao vereador Rui Capelão, se ele foi alguma vez convocado, convidado, enfim, inquirido, sobre a participação em uma audiência pública onde o governo através do ministro, da presidente, não sei de quem, resolveu baixar o IPI dos automóveis favorecendo a indústria automobilística estrangeira porque brasileira não tem nenhuma, alguma vez o senhor foi convidado pra dizer: olha, estamos diminuindo o IPI pra facilitar o povo comprar carro pra andar de carro em vez de andar de ônibus? Nós estamos defendendo aqui uma ideia, um projeto, uma possibilidade de reduzir o valor da passagem de ônibus pra incentivar aqueles que não andam a andar de ônibus porque o transporte coletivo de Cascavel é um transporte de qualidade, é um transporte cuja média de idade dos ônibus é de 4,3 anos, é um transporte que tem 100% de possibilidade de cadeirantes. É um transporte que na medida em que o tempo passa e os ônibus forem substituídos, os micro-ônibus, vai entrar um ônibus maior, portanto com o cobrador do lado. Hoje o contrato não possibilita colocar o cobrador no micro-ônibus. O senhor foi convocado alguma vez pra audiência pública? Agora, pra incentivar a indústria automobilística, reduzindo o IPI, em consequência transferindo recursos menores pra todos os municípios do Brasil? Nós não fomos convocados, nós não fomos consultados. O que se ganha aqui dentro na indústria automobilística pra cobrir prejuízos nas matrizes das respectivas indústrias é uma grandeza. Porque eu também acho que um carro lá fora, custando um terço do que custa aqui no Brasil, provavelmente esses dois terços maiores aqui não sejam de impostos, provavelmente, mas uma grande parcela é o lucro dessas empresas. Aí se preservaram 150 mil empregos. Vou ser repetitivo mas o que vou fazer. Em detrimento de um milhão e meio da agroindústria que sofreu assim mesmas agruras de uma crise internacional e que se deu crédito de bancos oficiais ou não a juros aviltantes, a juros altos. Busque o dinheiro que está pra se socorrer. Resultado: quatro grandes frigoríficos quebraram, milhares de empregos foram jogados pra rua e aí vamos nós dando incentivo pra indústria automobilística que repito leva seu lucro daqui pra cobrir lá fora. Ao

contrário do que está se fazendo aqui e que o senhor diz que não viu planilha nenhuma. Se o senhor ler atentamente o projeto o senhor vai ver que no primeiro ano vai ter uma renúncia de receita em torno de seiscentos mil reais, no segundo uma de quatrocentos e quarenta, no terceiro um de quinhentos e sessenta, mas está prevista a renúncia num parágrafo da LDO e da LOA, a renúncia de receita é de oito milhões de reais, aí o senhor concorda que se renuncie a favor dos que não podem pagar o IPTU? O senhor concorda que se renuncie em favor da pequena e média indústria instalada nos distritos industriais? Se o senhor não concordar convoca uma audiência pública com eles aqui presentes e vai dizer: a partir de hoje vocês vão ter que pagar. Ou convoca os onze mil proprietários de imóveis que não tem renda mínima pra pagar o imposto e convoca eles aqui pra uma audiência pública. Vê se eles vão concordar com isso, Rui. Vê se isso é justo. Ou vê se nós estamos do outro lado aqui, através do poder público executivo municipal, estamos cometendo alguma injustiça com algum deles. Essas colocações que eu queria fazer sobre a sua observação de audiência pública – Márcio Pacheco, vereador Nei H. Haveroth, por gentileza – Obrigado senhor presidente. Senhor presidente, nobres vereadores, assistência. Na verdade eu queria só ouvir, mas eu tenho que falar algumas coisas. Porque participando do conselho administrativo, é lógico vereadores que eu acredito e gostaria de ter um conhecimento minucioso de quanto custa a passagem do transporte coletivo lá na essência, na origem, eu acho que isso aí é um avanço que nós temos que buscar isso sim. Pra discutir melhor a elaboração de um contrato, mas isso dentro de uma equipe, não com toda a sociedade, talvez com uma audiência pública não se chega a lugar nenhum. É uma preocupação. Mas eu fico analisando assim: imagina se esse projeto nós estivéssemos votando aqui hoje, vereador Rui Capelão, a CETTRANS ou o município tivesse mandado pra nós que nós concedêssemos dez por cento de aumento no transporte coletivo. E nós aqui considerados vereadores da base estivéssemos defendendo esse aumento do transporte coletivo de dez centavos? Como é que nós íamos explicar pra população lá fora que a base tinha aumentado em dez centavos a passagem para os trabalhadores. Como eu vou explicar, eu que andei de ônibus até final de 2012 que eu ia para o meu trabalho quando eu lecionava eu ia para o Floresta, Morumbi, Interlagos, eu ia de ônibus lecionar. Até final de 2012 eu ia de ônibus pra o meu trabalho e voltava. Então como eu vou explicar pra aqueles usuários de ônibus que pegam ônibus lá do lado da minha casa, na frente do ponto de ônibus que tem lá. Amanhã eu chegar lá e eles falarem: vereador, nós vamos pagar dois e setenta pela passagem.

Você votou contra esse projeto que poderia pagar, ser pago só dois e sessenta. Como que eu vou explicar? Isso sim eu seria cobrado lá fora, amanhã. Aquelas pessoas que usam, que tão lá na minha frente que são meus eleitores ou que não foram, não importa. Como que eu vou explicar pra eles lá. Olha, vereador, você em vez de deixar o transporte coletivo a dois e sessenta você votou lá pra ficar dois e setenta. Então eu não posso levar essa culpa de não ter ajudado a população de manter o transporte coletivo a dois e sessenta neste momento. Embora, acredito que na frente nós podemos sim dar um salto de qualidade, discutindo melhor a questão do transporte coletivo em Cascavel. Porque não basta, também concordo, não basta termos 100% dos ônibus com acessibilidade se nós não temos os pontos de ônibus com acessibilidade, mas isso é um outro caso, isso é a secretaria de planejamento que tem que ver isso. É a secretaria de obras que tem que ver isso. Não é um caso específico da CETTRANS. Então nós temos que separar cada coisa no seu devido momento, no seu devido lugar. Nesse sentido é que nós temos que ressaltar e levantar essas questões muitas vezes. É só pra gente não ser julgado de forma errada pela população. Obrigado senhor presidente, era o que eu tinha. – Márcio Pacheco – vereador Jorge Menegatti com a palavra. – Jorge Menegatti – obrigado senhor presidente. Nobres pares, com todo respeito a V. Excelências, como nós vimos há poucos dias, alguns movimentos a nível de Brasil, não é pelos dez centavos. Previsão pra 2015: um milhão e quatrocentos mil reais, previsão pra 2016: um milhão e quinhentos mil reais. Então não é por dez centavos. Algumas coisas que veem disfarçadas aqui no meio, senhores, nós não conseguimos entender. Falar que tem excesso de receita, excesso de dinheiro. Vou voltar novamente, vou até me tornar chato aqui por ser repetitivo igual papagaio. Há poucos dias eu fiz um requerimento solicitando algumas informações sobre as coberturas dos pontos de ônibus, dos pontos de lotação. Aqueles pontos que os senhores conheciam em Cascavel que hoje não conhecem mais porque praticamente não existe mais. Aquela coberturazinha de fibra ou de chapa. Não sei se os senhores lembram. Com aquela parte embaixo com cimento, massa ou concreto, que antigamente existia. Que eu vou provar para os senhores dentro de poucos dias que praticamente não existe mais em Cascavel. Nós já temos muitas fotos. Eu até postei no Face há poucos dias, um que tem duas cadeiras quebradas, uma tábua e barro embaixo que as pessoas sentam. Então se tem dinheiro, senhor Rui Capelão, vamos fazer, vamos dar qualidade aos nossos usuários já que estão tão preocupados. Porque se tem sobra de dinheiro precisamos dar qualidade de vida pra população.

Volto a frisar: amanhã vão colocar em alguns jornais que nós somos contra a diminuição do valor da tarifa. Mas não tem problema, eu não sou contra a diminuição da tarifa, eu sou contra a renúncia de receita numa única empresa. Hoje pela manhã, há poucas horas, três representantes comerciais me encontraram e falaram pra mim: Menegatti, baixar o ISSQN das grandes empresas é fácil, porque não baixa pra nós, representantes comerciais? Pagamos dois e meio sofrido. Ali em Santa Tereza é dois. Um deles falou até um e meio, eu não sei, não tenho esses dados. Mas um deles me falou: ali em Santa Tereza é um meio, um dos três falou: a minha representada é de Santa Tereza do Oeste porque aqui é muito caro. Então senhores, precisamos rever todas as empresas, todas as cadeias, todas as pessoas que pagam INSSQN não somente uma. A partir do momento que você leva essa “uma” concessionária de serviço público nós estamos penalizando as outras indiretamente. Elas vão ter que pagar mais ou continuar pagando o que pagam, muitas delas indo pra Santa Tereza. Aproveitar meu tempo meus senhores, há poucos dias fui procurado por um empresário de Chapecó pra montar uma empresa em Cascavel. Encaminhei ele pra fazer o trâmite legal na secretaria de desenvolvimento econômico, diz que tem 130 ou 150 empresas na frente. Aí ele me agradeceu num retorno de ligação: obrigado Menegatti, em Toledo, o prefeito falou que em poucos dias o terreno estará em disposição. Eu agradeço o seu trabalho, a sua ajuda, o seu interesse, mas nós vamos pra Toledo. Poucos dias o empresário que meche com geradores de energia elétrica, aqueles a diesel muitas empresas tem, saiu de Cascavel foi pra Santa Tereza do Oeste, nós temos um outro empresário no ramo têxtil que passou uma mensagem no Face pra mim falando: Jorge Menegatti parabéns pela sua luta, mas eu estou indo pra Brusque ou pra região de Blumenau pra montar minha empresa porque aqui não dá mais, não temos incentivo nenhum. Então, senhores estamos transferindo. Mas como disse a poucos dias um vereador nesta Casa que Cascavel tem excesso de empregos, tem empresas de ônibus trazendo funcionários de ônibus pra trabalhar em Cascavel nada mais me assusta. Algumas empresas podem trazer funcionários de fora de Cascavel pra trabalhar aqui, mas não são todos os setores. Precisamos melhorar a qualidade dos salários, a qualidade da mão-de-obra o aumento salarial, isso só vai acontecer quando tivermos mais empresas de porte nesta cidade. Sabemos que não temos e essa dos dez centavos, não é pelos dez centavos, pode ter certeza. Obrigado senhor presidente – Márcio Pacheco – Vereador Paulo Porto com a palavra – Paulo Porto – Boa tarde a todos. primeiro, pela fala do vereador

Frare, do transporte público, realmente o vereador tem razão, vivemos no país das maravilhas, vereador Gugu Bueno, porque pelo jeito nosso transporte público é o melhor do mundo. Ele é bom, mas não creio que seja o melhor do mundo, e vereador Frare, eu tenho certeza que o Rui Capelão nunca foi convocado pras audiências do governo federal, mas com certeza o PDT foi, o seu partido, que tinha inclusive o ministro do trabalho nesta época. Partido cujo senhor é o único representante que é base do governo federal inclusive vem fazendo essa política pública dos impostos federais. E o que eu disse ontem eu queria comparar, reafirmar, essa isenção fiscal que o governo federal vem fazendo, é uma comparação equivocada. Uma coisa é abrir mão de um imposto do setor produtivo que gera emprego, gera renda, cria o famoso ciclo virtuoso da economia, porque quando abre mão do IPI do produto industrializado que é o imposto da indústria do setor produtivo você gera emprego e gera renda. Porque você abre mão desse imposto, mas lança mão de outros. Isso o Frare sabe bem. Você trabalha com uma série de mecanismos que são inter-relacionados: abre mão desse e você arrecada ali. Esse aqui eu não vejo arrecadar ali. Esse é o meu questionamento. Quando se fala que tem excesso de receita eu queria lembrar que a secretária Suzana esteve aqui há um mês e pouco atrás se lamentando da queda de receita. Suzana se lamentou de que infelizmente não atingiu a meta. Ou estou equivocado? Eu estava na audiência. Ela se lamentou que infelizmente não atingimos a meta. Que é uma pena, porque eu torço pra atingir a meta porque é mais política pública. E pra finalizar: a questão não é dez centavos só. A questão não é se a gente é contra ou a favor do aumento. Ninguém aqui é a favor do aumento. A questão é: vale a pena abrir mão de um milhão e oitocentos/ano de arrecadação pra política pública ou vale a pena não permitir os dez centavos. Esse é o debate. Ninguém aqui é favor do aumento das passagens. Esse argumento não pode ser colocado aqui na mesa. A questão é: nós somos a favor dessa permuta ou não. Eu entendo que não é bom. Porque, ao mesmo tempo que, nós não permitimos o aumento de dez centavos pra classe trabalhadora que é verdade, esse argumento é legítimo, nós precarizamos a política pública pra essa mesma classe trabalhadora, que é quem necessita de governo, que é quem usa o transporte público. Então eu encerro, como encerrei ontem novamente, de que é um mecanismo válido, ou seja, não é uma bobagem o que o executivo está fazendo. Tem boa intenção, porém eu entendo que não é a melhor forma, nem o melhor método. Então a questão não são apenas os dez centavos, são dez centavos pra um grupo específico da população de Cascavel que necessita

de política pública, e que é importante os dez centavos, não é uma bobagem qualquer, cujo montante chega a quase dois milhões em termos de política pública. Esse é o debate dessa Casa. Não é quem é contra ou a favor. É uma visão muito simplista. Não é isso. A questão é: vale a pena fazer essa permuta? Então eu volto a afirmar: respeitando o executivo, entendendo que é uma possibilidade, mas eu entendo que mesmo dessa forma não é o melhor método até porque é uma renúncia que não tem prazo, se renuncia de maneira definitiva. Se a renúncia fosse provisória como o governo federal tem feito, renúncia provisória, Frare, IPI é provisório, como ele tem feito, ainda assim eu veria problemas, mas seria melhor. Então eu encerro dizendo que respeito o voto de quem vota a favor. Mas eu entendo que não é o melhor método nem a melhor forma. Muito obrigado, presidente – Gugu Bueno – peço a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – com a palavra o vereador Gugu Bueno – Gugu Bueno – vereador Paulo Porto, eu quando lá dizia da Alice no país das maravilhas, é porque, no país das maravilhas, e quem teve a oportunidade de ler o livro, sabe que aquele é um mundo onde o impossível acontece ou onde tudo é possível acontecer, e seria um mundo ideal vereador Paulo Porto, justamente para os vereadores do impossível. Porque o vereador do impossível, vereador Paulo Porto ele quer reduzir todos os tributos, o ISS de todo mundo, ao mesmo tempo ele quer mais creche, quer mais SEMEI, quer mais hospital, quer mais asfalto, quer mais tudo. O vereador do impossível quer reduzir a tarifa do transporte coletivo, mas vota contrário uma renúncia de receita por parte do executivo pra diminuir a tarifa do transporte coletivo. Esse é o vereador do impossível, vereador Nei H. Haveroth. Eu discuti a pouco agora com o vereador Rômulo Quintino, o vereador Rômulo tentava me convencer de perder a esperança e não tentar mais explicar pra alguns vereadores o que nós estamos votando hoje. Mas eu preciso vereador Rômulo dizer o seguinte: o que é fato? O fato é que hoje, com uma sentença judicial, nós temos uma tarifa do transporte coletivo a dois e setenta e que o município pra diminuir a tarifa do transporte coletivo está abrindo mão de receita com o apoio dos senhores vereadores, então pra mim é muito difícil compreender um discurso que diz que quer diminuir a tarifa do transporte coletivo, mas que não aceita e não vota favorável neste projeto. Ontem quiseram nos convencer que estávamos votando pra favorecer as empresas, as grande empresas, como dito neste Plenário. Eu disse, talvez não tenha logrado êxito na minha explanação ou talvez não tenham quisto entender. Pras empresas, vereador Rui Capelão, tanto faz. Eu, ainda ontem, usei um princípio do direito tributário que diz que

o dinheiro não tem cheiro. Tanto faz se ele vai vir da renúncia de receita do executivo ou se a população vai pagar. As empresas vão receber o mesmo valor. Não tem diferença nenhuma. Onde está o benefício para as empresas? Ou elas vão receber dois e setenta pagos pela população, pelo nosso trabalhador que vai pagar dois e setenta ou ela vai ter essa renúncia de receita e o valor vai ficar no caixa dela. Não existe um centavo de ganho. Onde nós estamos favorecendo as empresas? A verdade senhores, queiram vocês fazer isso ou não um cavalo de batalha, uma batalha política, queiram vocês mais uma vez querer nos convencer que vivemos numa cidade terrível onde nada acontece, onde tudo é ruim. Vereador Paulo Porto disse ao vereador Luiz Frare que o vereador Luiz Frare teria dito que o transporte coletivo de Cascavel é o melhor do mundo. Não é. Porque não vivemos no país melhor do mundo. Nunca nós queremos dizer que Cascavel é a melhor cidade do mundo. Agora nós temos a grandeza de reconhecer que nós temos dificuldade, temos problemas, inclusive problemas históricos, mas temos muito avanço. Cascavel é uma cidade maravilhosa, Cascavel é uma cidade, que é exemplo para o Brasil. Não sou eu que estou falando porque eu nada entendo ou pouco entendo das coisas. São notícias de nível nacional que dão conta que Cascavel é uma cidade que vale a pena apostar nela. Então jamais vamos dizer que Cascavel não tem problema, tem muitos problemas, mas nós estamos nos esforçando. E o executivo faz um esforço danado neste momento pra baratear o transporte coletivo. Então, pra finalizar minha fala o que estamos votando neste momento? A redução da tarifa do transporte coletivo pra dois e sessenta. Só pra vocês terem uma ideia: Maringá, três e vinte e cinco a tarifa, Curitiba, dois e setenta, Londrina, dois e sessenta e cinco, Cascavel, com esse esforço do poder executivo terá a tarifa do transporte coletivo mais barata do Paraná. É isso que nós estamos votando e é isso que nós estamos garantindo com o voto dos senhores vereadores. É isso, presidente. Obrigado – Márcio Pacheco – Quero antes de por o projeto em votação cumprimentar o primo do vereador Pedro Martendal, Seu Antônio Martendal, que mora em Curitiba e está nos visitando nesta tarde de hoje, seja bem-vindo, receba nossos cumprimentos. Senhores, em votação, o projeto de lei complementar nº. 4/2014 de autoria do poder executivo municipal que dispõe sobre alteração na lei complementar nº. 1/2001, código tributário municipal, alterada pela lei complementar nº. 13/2003. Votação nominal, proceda por gentileza senhor secretário. (Foram favoráveis: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Danny de Paula, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso sem limites, João Paulo, Lauri Dall'agnol, Nei H.

Haveroth, Luiz Frare, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rômulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini) (Foram contrários: Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão) - Gugu Bueno – com 15 votos favoráveis senhor presidente e 4 contrários, projeto de lei aprovado em segunda votação. – Márcio Pacheco - com 15 votos favoráveis e 4 contrários, está aprovado em segunda votação o projeto de lei complementar nº. 4/2014. Projeto de lei nº. 25/2014 de autoria do vereador Vanderlei Augusto da Silva que dispõe sobre a criação do programa municipal de contratação de aprendiz na administração direta e indireta e por entidades sem fins lucrativos e dá outras providências. Teve uma emenda modificativa de autoria do vereador Pedro Martendal, em discussão a emenda – Pedro Martendal – a palavra senhor presidente – Márcio Pacheco – com a palavra vereador Pedro Martendal – senhor presidente, caros colegas, apenas pra justificar a emenda, ela, até com o conhecimento do vereador Vanderlei, ela melhora a questão da definição entre as questões junto ao art. 428 da CLT que se refere ao contrato do aprendiz e o art. 2º. da lei 5.598 que define aprendiz. Então apenas com o intuito de melhorar um projeto que na minha avaliação já era bom. Obrigado – Márcio Pacheco – Em votação a emenda modificativa nº. 1/2014 ao projeto de lei nº. 25/2014 de autoria do vereador Vanderlei Augusto da Silva que dispõe sobre a criação do programa municipal de contratação de aprendiz na administração direta e indireta e por entidades sem fins lucrativos e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis à emenda que permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos vereadores presidentes está aprovada a emenda modificativa nº. 1/2014 ao projeto de lei nº. 25/2014 que está agora em discussão. Em votação o projeto de lei nº. 25/2014 de autoria do vereador Vanderlei Augusto da Silva que dispõe sobre a criação do programa municipal de contratação de aprendiz na administração direta e indireta e por entidades sem fins lucrativos e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestem. Com o voto contrário dos vereadores Luiz Frare e Cláudio Gaiteiro, está aprovado em segunda votação o projeto de lei nº. 25/2014 com os demais 17 vereadores votando favoravelmente. Projeto de lei nº. 42/2014 de autoria do vereador Rômulo Quintino que autoriza o poder executivo municipal a denominar como Pastor Moacir José Gonçalves um bem público e dá outras providências. Em discussão. Em votação o Projeto de lei nº. 42/2014 de autoria do vereador Rômulo Quintino que autoriza o poder executivo municipal a denominar como Pastor

Moacir José Gonçalves um bem público e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, está aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº. 42/2014, finalizando assim a matéria da Ordem do Dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: E, como não há inscritos para o grande expediente quero apenas lembrar os senhores que na segunda-feira haverá solenidade de entrega de título de cidadão honorário para o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná organizada pelo vereador Pedro Martendal será então a entrega de título ao Valdir Rossoni, Dep. Valdir Rossoni da Assembleia Legislativa e na sexta-feira às 14:00 horas como nosso primeiro secretário já leu, a sessão que aprecia o processo de cassação do vereador Paulo Beber. Agradeço a todos pela presença e até quinta ou sexta-feira. Uma boa tarde a todos e encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e seis minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário

